

Imprensa Nacional  
Biblioteca Machado de Assis



B0020126



F  
631.45  
R175

CÂMARA DOS DEPUTADOS

**A EROSÃO DO SOLO E SEUS  
EFEITOS SÔBRE  
A ECONOMIA DOS POVOS**

(Discursos proferidos pelo Dep. Braga  
Ramos - Setembro de 1963).

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

1964

F 328.32  
R175e

00201260

### DISCURSO PROFERIDO NA SESSÃO DO DIA 2 DE SETEMBRO DE 1963

O SR. BRAGA RAMOS -- (Lê o seguinte discurso) — «Senhor Presidente, Srs. Deputados, não pretendo fazer a esta Casa como técnico, pois, não sou, sobre a importante matéria que me traz a esta tribuna.

Acontece, senhores deputados, ser meu dever despertar a atenção do País para o grave problema da erosão, cujas consequências podem fazer repetir-se a história de muitos povos, irremediavelmente perdidos na miséria e na fome, justamente por não terem o hado o mal com a devida cautela.

Alguém já definiu a erosão como o «câncer da terra». Dificilmente haverá definição mais feliz, porque a erosão é uma lesão maligna da terra e comporta, exatamente, as quatro grandes características da terrível moléstia, pois é de rápido crescimento, infiltrante, metastásico e culmina com a morte por caquexia.

A quem já viu erosão, e a conhece, sabe serem essas as fases da sua evolução. A extensão das crateras se faz velozmente; a infiltração profunda decorre da ação desagregadora das águas pluviais; há projeção a quilômetros de distância por essas cavernas no seio da terra; e, finalmente, a dissolução das finas camadas de revestimento do solo, que contém os elementos condicionadores da vitalidade da terra, degradam-na cruelmente e matam-na, impiedosamente, para a agricultura.

Assim se transformaram, e se transformam, as terras ricas de húmus e fertilidade nos áridos desertos, despovoados e empobrecidos, sem o mínimo de condições para a vida.

O mais doloroso do problema é saber-se que, em grande percentagem dos casos, a ignorância e a ambição do

homem, para quem Deus criou todo esse potencial imenso de riquezas, foram as grandes causas determinantes. Na ânsia do enriquecimento exauriu a terra fértil a maior quantidade possível dos tesouros que encerra, no menor prazo de tempo, esquecendo-se de retribuir-lhe a generosidade extrema com a recomposição da sua estrutura organo-mineral e biológica.

Esgotada, exausta, empobrecida, roubada nos seus tesouros, a terra mesma tem punido o egoísmo e a estupidez do homem, negando-lhe os seus frutos e atirando-o à miséria e à desgraça.

Veja-se o testemunho impáccavel da história, veja-se o que ocorre em nossos dias, e ter-se-á reconhecido que a humanidade paga, ainda hoje, o preço dos crimes cometidos contra a terra.

Não se trata apenas, de impedimentos para a agricultura, o que vale dizer para o abastecimento do género humano, para a alimentação dos bilhões de criaturas que habitam e povoam este planeta. Civilizações inteiras foram dizimadas totalmente, com suas conquistas e com seus sonhos de grandeza. Cidades se viram, repentinamente, tragadas pelo monstro horrível, gerando gravíssimos problemas sociais cujas cicatrizes ainda estão à vista do mundo estarecido.

Assirios, babilônios, persas pereceram muito menos no fragor das batalhas do que pelo desequilíbrio no «trindade» produção agrícola-população-fertilidade do solo».

Na Ásia foi a destruição dos famosos cedros do Líbano, para comércio com os sírios e egípcios; na África, 75% da superfície são afetados pela erosão eólica, acrescida do pastoreio de animais, da desmatação e do fogo;

|                                   |         |
|-----------------------------------|---------|
| DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL |         |
| BIBLIOTECA                        |         |
| NÚMERO                            | DATA    |
| F437                              | 27/9/65 |

F 28.32 752

na Austrália, a seca e a população de coelhos ameaçam a vida dos australianos pelo desnudamento do solo ressequido e árido; nas Américas, a lavou- rização pioneira e as grandes extensões de novas terras; no mundo inteiro, en- fim, desbravaram-se os sertões, derru- baram-se as florestas, incendiaram-se as matas e carbonizaram-se as terras sem qualquer senso de responsabilidade, numa sede irrefreável de enriqueci- mento.

Prejudicada profundamente a capaci- dade produtiva da terra, imediatamente surgiu o drama das populações famin- tas. Para exemplificar, aí está o caso da China, com 500 milhões de hab tantes e cerca de 75% dessa população consti- tuída por agricultores: os minifúndios improdutivos transformam-na numa col- cha de retalhos. «Cada homem, culti- vando 0,72 acre ou 0,29 hc faz corres- ponder o esforço à produção de 1.500 quilos de alimento por pessoa-ano, en- quanto que um agricultor norte-americano produz 22.000 quilos, em igual pe- ríodo» (Duarte de Barros). O esgota- mento da terra e a erosão concorreram para esse baixo rendimento, constituin- do, este, verdadeira ameaça à sobrevi- vência do povo chinês.

O fenômeno ocorre, (ambém, na Índia, pressionada por 350.000.000 de habitan- tes numa área de 4 milhões de qui- lômetros quadrados, dentro dos quais se luta, desesperadamente, para viver.

Na América do Norte, em 1930, oito milhões e 500 mil hc estavam arraza- dos pela erosão. Oito anos mais tarde, tal cifra subira a 62.500.000 ha e hoje avalia-se em 61% das terras cultivadas nos E.U.A. têm sido estragadas pelo empirismo e pela imprudência.

El Salvador, Porto Rico, Haiti, Cuba, Nicarágua e os demais países da Amé- rica Central enfrentam o problema, com roa'or ou menor gravidade.

Na América do Sul, a Venezuela, o Chile, o Peru, a Bolívia, Argentina, Paraguai e Uruguai, todos, sem exceção, estão às voltas com os perigos do fla- gelo.

É preciso não esquecermos as pala- vras de Plinhot e Bennet de que numa «capa de vinte centímetros repousa a prosperidade da civilização», daí a ex- tremo urgência de medidas protetoras e conservadoras do solo visando evitar-se,

na última hipótese, o engrossamento das legiões dos desnutridos.

O Sr. Antônio Bresolin -- Permite- me V. Exa? Quero congratuar-me com o eminente colega pela oportuna e brilhante exposição que está fazen- do, oportuníssima sobretudo para nos- sa Pátria, onde temos reclamado a cada passo a necessidade da assistência téc- nica para sairmos ao menos o resto das matas que ainda cobrem o solo bra- sileiro. Até hoje nada foi feito nesse sentido. Eminente colega, mais do que a depauperação do solo, a erosão traz consigo também a depauperação da criatura humana. Não foi sem razão que o Sr. Josué de Castro, naquele seu famoso livro «Geografia da Fome», afir- mou: Mais do que a erosão do solo que se processa em câmara lenta, é a vio- lenta erosão da riqueza humana. O Padre Sehnen, famoso estudioso da terra, disse que a criatura humana vai hoje buscar nas farmácias os ant bióticos que as ge- rações passadas assimilavam através do alimento. Receba, nobre Deputado, meu caloroso aplauso pela oportuna e bri- lhante exposição que está fazendo.

O SR. BRAGA RAMOS — Agra- deço a V. Exa. ilustre Deputado seu aparte, que vem ilustrar meu discurso e realmente sua intervenção relata a verdade, aquilo sobre o qual queremos e devemos firmar, definitivamente, os rumos que hão de elevar este País àquela grandeza econômica pela qual, todos nós ansiamos já há tanto tempo. O Governo é, realmente, o maior res- ponsável pelo desbaratamento das nossas riquezas, pelo aviltamento e pela degra- dação da terra. Se o Governo fosse atento aos reclamos dos problemas li- gados ao campo, não teríamos erosão neste País. E V. Exa. vai ver, no de- correr d'curso, que minhas pa- lavras e meus pensamentos estão exa- tamente iguais e idênticos aos seus.

Todos os que se preocupam com os destinos políticos dos povos não podem ignorar que, ao findar este século, a terra terá 5 bilhões de homens, e, conse- quentemente, a grave obrigação de pre- servar os 8 bilhões e 600 milhões de acres de solo cultivável donde serão re- tirados os alimentos que hão de garan- tir a subsistência dos nossos pósteros.

Não nos assiste o direito de legar- lhes uma herança de fome e de misé- ria. E é isso, precisamente, o que acon- tecerá se o homem prosseguir a saquear a terra a empobrecê-la, a saarizá-la im- punemente.

Seria fácil multiplicar os exemplos, porque, parafraseando Morris Cook, é imensa a legião dos que «se atêm à concepção de que a propriedade da terra importa no direito de desbaratá-la e, mesmo, destruí-la, sem considerar os efei os que isso possa trazer às nações».

Desgraçadamente, a erosão não é, apenas, matéria de pertinência histórica. Se fora aqui não estaria pondo a per- der o tempo precioso dos iustres pa- rlamentares.

Quero clamar bem alto, com todas as forças dos pulmões, para fazer ou- vir no Brasil inteiro este grito de alar- me, este brado de socorro, que a sur- dez labirint'ca dos responsáveis pela nação até hoje não quis escutar!

Não seja esta Casa do Congresso acusada de omissão quando se desenca- dear a catástrofe, já bem próxima, em diversas regiões do País! Que o gover- no assuma a responsabilidade do ju'ga- mento de nossos pósteros, quando sou- berem o que se permitiu acontecer com as terras mais férteis do mundo; quando olharem os desertos e os abismos, a eco- nomia inteira e a civilização toda de- gradada à perda pela incúria dos go- vernos obstinados em resolver problemas

graves sobre as escrituranhas, elaboran- do planos e mais planos, raciocinando em termos de economia, sempre de eco- nomia, num país riquíssimo, o que lhes atesta a própria inoperância; negando ao doente «in causa mortis» os remé- dios necessários, simplesmente porque custam uns cruzeiros a mais do que pre- viam! E nesa criminosa poupança, não percebem, está se construindo o rico mausoléu da futura civilização brasileira.

Urge, portanto, sacudir esta nação antes que seja tarde, tarde demais!

Na consideração do empirismo que caracteriza a agricultura brasileira, des- tacam-se, à evidência dois graves pro- cedimentos de ação sobre a terra é que poderemos responsabilizar, sem medo de errar, pela devastação inclemente até hoje a ela imposta: a derrubada das florestas e o fogo implacável.

Aliás, o desflorestamento é crime na- cional. Embora muitas vezes se levanta- rem, denunciando-o, não se verificam medidas coibidoras: Prefere-se ass'stir, passivamente, ao naufrágio da nossa economia.

Para se avaliar os estragos imensos que ele produz basta o exame de al- guns dados do IBGE, embora antigos, sobre o consumo industrial de lenha, carvão, dormentes e madeira para cons- truções, os quais podem ser triplicados diante dos progressos atuais naqueles setores:

| ANOS       | Carvão (kg) | Dormentes (un.) |
|------------|-------------|-----------------|
| 1950 ..... | 671 187 606 | 2.980.989       |
| 1951 ..... | 842.564.925 | 3.563.991       |
| 1952 ..... | 842.564.925 | 3.563.991       |
| 1953 ..... | 762.982.880 | 3.643.880       |
| 1954 ..... | 804.645.148 | 3.722.364       |

Tudo isto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, hoje pode e deve ser triplicado e tudo isto é conseguido através da devastação, da derrubada inclemente das nossas matas, que se faz impunemente e sem a menor prevenção por parte dos órgãos responsáveis.

O Sr. *Fernando Santana* — Realmente, antes do descobrimento, já eram destruídas as reservas florestais do País. Os próprios indígenas já haviam iniciado essa técnica e o mais paradoxal é que os europeus que para aqui se transportaram, portugueses e homens de outras raças que nos ajudaram a colonizar e expandir o País aceitaram o princípio da devastação. O mal, a meu ver, não está na retirada de uma árvore para transformá-la em dormentes ou em tábuas ou em outra qualquer espécie para utilização do homem. O mal está em que nós nem fazemos as reservas necessárias às nossas necessidades florestais, nem fazemos também o reflorestamento.

O SR. BRAGA RAMOS — Perfeitamente.

O Sr. *Fernando Santana* — Outro grande mal está também nessa grande queima, indiscriminada, de todas as nossas reservas florestais. Sabe V. Exa. que nesta época do ano nós assistimos, em todo o Brasil, ao aparecimento da chamada névoa seca, que não é apenas fenômeno peculiar ao Brasil, mas de toda a América Latina, e até os aviadores já sabem que isto resulta de queimadas. A fumaça que sobe dos milhares e milhares de quilômetros de matas queimadas, constitui essa chamada névoa seca em toda a América Latina. Imagine V. Exa. quantos milhões de toneladas de húmus e de árvores não são consumidos para produzir a fumaça que se encontra em todo o céu da América Latina.

O SR. BRAGA RAMOS — É exato, V. Exa. tem razão.

O Sr. *Fernando Santana* — Este um dos grandes males resultantes do hábito devastador das queimadas. Logo, é necessário que o Governo imponha a essas empresas, que utilizam a madeira, como as estradas de ferro, como material necessário às suas atividades —

como dormentes, que penso até deveríamos pensar em exportar, porque é grande fonte de dólares para o País — a obrigação de reflorestar. Então, ao mesmo tempo em que devemos estimular a exportação de madeiras, devemos também reflorestar permanentemente e impedir que as queimadas continuem sendo feitas em todos os Estados do Brasil. Se V. Exa. hoje viajar à noite daqui para qualquer recanto do Brasil. Vossa Excelência encontra milhares de incêndios devorando florestas. Concordo inteiramente com os termos do discurso de V. Exa., e acho também, concordando mesmo com V. Exa., que se deve esperar que o Poder Público inicie nova política para defender as reservas florestais do País. (*Muito bem. Palmas*).

O SR. BRAGA RAMOS — Agradeço o aparte de V. Exa., muito claro e muito objetivo. Realmente, nesta época do ano temos assistido a incêndios os mais catastróficos por todo este País. Recentemente, o Paraná se viu acometido de incêndios que devastaram não só florestas mas também a área lavou-risada do Estado. Tanto isso é verdade que, ainda há poucos dias, o Deputado Jorge Curi apresentou aqui uma moção da bancada do Paraná pedindo recursos ao governo da República para que sejam propiciados elementos capazes de conter o elevadíssimo prejuízo que o fogo produziu naquele Estado.

Servindo-me de quadro estatístico oferecido por W. Duarte de Barros, desejando esclarecer mais a matéria, lembro a Vossa Excelência, Sr. Presidente e aos membros desta Casa, que, no período de 1911 a 1947, foram devastados 1.250.682 quilômetros quadrados de matas neste País, quase 1/3 da superfície total de nossas áreas florestadas! Evidentemente, esses números terão crescido e, lamentavelmente, não posso dados que pudesse apresentar, nesta ocasião. De qualquer forma, contudo, pode-se apreciar a extensão do problema e os prejuízos incalculáveis que se impõem à nossa agricultura com a inexorável destruição dos elementos que condicionam e mantêm a fertilidade da terra. E, por incrível que pareça, diante desse quadro aterrador, o reflorestamento continua a ser, entre nós, motivo de meras conjecturas!

Se as «relações desarmonicas entre o homem e a terra» ficassem, somente, na derrubada das matas — o que por si já seria um grave atentado — ainda estaríamos bem. Mas, desafortunadamente, isso não acontece.

Depois da desmatagem, vem o fogo, que tudo devora e destrói, além de comprometer, seriamente, a vitalidade do solo.

Se passarmos os olhos pelo Brasil, veremos, por toda parte, as marcas funestas da erosão. Em São Paulo, as perdas por efeito da erosão atingem a 37 toneladas de solo por hectare ao ano e o grande Estado, de repente, via a sua produção de café reduzir-se de 22 milhões para 7 milhões de sacas e a de algodão, que andava pela classe dos 500 milhões de arrobas, cair para 200 milhões, gerando sensível desequilíbrio na receita orçamentaria do País.

Dos Estados todos do Nordeste, do norte, do centro e do sul nenhum escapou à sanha devastadora que foi arrasando as terras e deixando, atrás de si, desertos áridos e regiões estéreis. As estatísticas, através da linguagem dos números, refletem até que grau se provocou essa criminoso esterilização: O Nordeste brasileiro que em 1930 respondia por 76,7% da produção algodoeira do País, em 1951, com o constante decréscimo de produção por área cultivada, via aquelas cifras baixarem a 23,7% apenas.

O panorama é o mesmo em toda parte. Por isso, não se faz necessário insistir sobre esta outra vergonha nacional, a erosão que a não ser contida, abalará violentamente os fundamentos da nossa economia, se não chegar a arrasá-los definitivamente.

Senhores Deputados. Trago-lhes hoje um depoimento sério, de fatos que ocorrem no Paraná, atacado, gravemente, de erosão em regiões de sumo potencial econômico, face à privilegiada constituição de suas terras.

As correntes migratórias que, desde tempos históricos, demandavam o Paraná atraídas pelas «terras roxas», oriundas de São Paulo, Minas e Rio de Janeiro, hoje fundidas àquelas outras de Sta. Catarina e do Rio Grande do Sul — com o desbravamento do oeste e sudoeste, oferecem ao Brasil o admirável

espetáculo de integração nacional que ali se processa, pois, ao contrário do que sucede noutras regiões, onde se vêem as migrações oriundas da periferia para o centro, agravando os problemas das grandes cidades, no Paraná, elas se dirigem sempre para o interior desabitado e hostil, num verdadeiro «rush» para a conquista dos sertões.

O Sr. *Adolpho Oliveira* — Acredito, eminente colega, que os aplausos que V. Exa. vai receber quando descer da tribuna poderiam e deveriam ser complementados com uma referência toda especial, sincera e calorosa — o que faço, creio, em nome de toda a Casa — de louvar a seriedade e o brilhantismo do trabalho que V. Exa. traz ao conhecimento da Câmara dos Deputados. V. Exa. dá uma demonstração de seriedade, de honestidade de propósitos e de patriotismo. O trabalho de V. Exa. vai enriquecer os nossos Anais.

O SR. BRAGA RAMOS — Muito obrigado, nobre Deputado.

O Sr. *Ormeu Botelho* — Também o meu testemunho, encantado com o discurso do nobre colega. Eu queria dar uma informação sobre Bennet, quando, com suas sondas, corria Cuba. Ele dizia que, pela perfuração, pelo exame do solo, sabia a hospedagem que ia ter. Se a terra era rica, a casa podia ser modesta que a hospedagem seria confortadora. Prezado Deputado, quero contar um caso simplesmente horripilante ocorrido no Sul de Minas com a plantação da batata. Essa cultura se faz nos espigões e traçam-se, como se fosse uma espinha de peixe, no espigão o rêgo principal e os laterais. No fim de dois anos, aquelas terras não valem nada. Pagou bem, mas o prejuízo é muito grande. Tive grande conforto conversando com o Relator do Orçamento do Ministério da Agricultura, que havia pedido verba para a conservação do solo do Vale do Paraíba. Tive prazer de ver que as verbas foram concedidas e o Governo vai pedir quatro bilhões para iniciar a conservação do solo. É sem dúvida um trabalho desta Câmara, criando essa mentalidade, a única capaz de salvar o Brasil dessa ameaça.

O SR. BRAGA RAMOS — Sr. Presidente, terminarei logo, mas não vou poder, sequer, pronunciar a metade deste meu discurso. Esperei quatro longos meses para vir a esta tribuna e depois de transposta essa barreira, essa linha Maginot, que é o Regimento Interno, vejo-me na contingência de deixar minha oração decepada, sem conclusão nenhuma, o que é lamentável para mim e para o povo do Paraná. Mas, Senhor Presidente, quero ser obediente ao Regimento da Casa. Oportunamente, em prorrogação da sessão, concluirei minhas considerações.

Requero a V. Exa. Sr. Presidente, 10 minutos de prorrogação.

O SR. PRESIDENTE (*Henrique La Rocque*) — Deferido.

O SR. BRAGA RAMOS — Muito grato a V. Exa.

Com referência ao aparte do nobre Deputado Ormeu Botelho, quero dizer-lhe, como Vogt, que, como o rosto do homem, a terra retrata o que com ela ocorreu. Se fôr bem tratada, a terra ganha a fisionomia do homem feliz, que conheceu a felicidade e a riqueza. Mas esta mesma terra, ofendida, degradada, reflete a fisionomia do homem infeliz, que não soube viver sua vida e procura na libertinagem suprir seus fracassos na vida. Tudo que se fizer para que a terra retrate exatamente aquilo que deve ser o espelho de um trabalho consciente, laborioso, técnico, será motivo de engrandecimento para a Nação porque vemos, neste problema de erosão, um alto e profundo contingente político e social também, que poderia dar a qualquer Governo uma repercussão que seria difícil até de se prever. Mas, infelizmente, isto não acontece.

Dizia eu, Sr. Presidente, que as correntes migratórias do Paraná oferecem ao Brasil este admirável espetáculo de integração nacional: o que se quis fazer em Brasília, no Paraná ocorre tranquila e espontaneamente. Ali não se dão as migrações que saem do interior hostil e agressivo para o centro para a periferia, agravando os problemas das grandes cidades. No Paraná, não ocorre isto. Dirigindo-se para o interior, estas migrações produzem, para exemplo do Brasil, este espetáculo belíssimo de inte-

gração nacional, firmado no trabalho, na lavoura e na exploração da terra.

O Sr. *Lyrio Bertolli* — Sr. Deputado, isto se realizou pela iniciativa privada, sem qualquer auxílio do poder público.

O SR. BRAGA RAMOS — Concorro totalmente com V. Exa.

Repetiu-se em terras paranaenses o nomadismo da agricultura brasileira, apontado por Walter Braun (*Revista Brasileira de Geografia* — Dezembro de 1961): matas foram derrubadas e, queimados os despojos, restou a terra nua e desprotegida que, assim violentada, no esplendor da virgindade, não tardou a gerar aquele império admirável da economia cafeeira, sustenáculo de divisas e fiel da balança econômica deste País.

Dessa forma, com o trabalho pioneiro de brasileiros de todos os quadrantes da Pátria, audazes, corajosos, mas afoitos, o norte velho, o norte novo e o novíssimo, mais o oeste e o sudoeste, se puderam transformar no grande celeiro que hoje são.

Em menos de 20 anos implantou-se uma nova civilização às margens dos imensos cafezais em que se transformaram os sertões do norte do Paraná.

Cidades foram construídas, às pressas, correndo, naquela febril agitação do bandeirante indômito, que veio por uns tempos, mas que foi ficando, de colheita a colheita, cada vez mais identificado com a região e presa de suas imensas promessas.

Mas, a civilização implantada, a par da riqueza e da prosperidade, trouxe, também, na sua progressão histórica, esse fato novo para meu Estado — a erosão — fruto mórbido do louco desvirginamento da terra, através de uma agricultura empírica e insensata. Prova disso tê-la conhecido o Paraná, apenas, nos últimos 30 anos, precisamente quando mais dinâmicas as correntes migratórias, segundo o depoimento de sertanistas como Edmundo Mercer, Carlos Coelho Jr. e Telêmaco Borba que percorreram o noroeste paranaense de 1919 a 1930, sem encontrar, sequer, vestígios do fenômeno.

Hoje, quatorze cidades paranaenses estão ameaçadas de total destruição. Outras 50 já começam a ver rasgados

no solo os sulcos típicos da erosão em marcha acelerada. Uma população de mais de milhão de habitantes dos municípios atingidos, sofre tremendo impacto social e econômico, à medida que verificam as crateras, até de 60 metros de profundidade por 30 de largura e quilômetros de extensão, como as há em Paranavaí, a se abrirem sob os alicerces de suas casas.

Esgotadas as energias naturais de certas áreas, lá se foram os bandeirantes em busca de novas outras, florestadas, numa criminosa imigração, para nelas repetirem, impunemente, os desatinos praticados, ainda aderentes às solas dos sapatos os resíduos da terra há pouco esbulhada de seus ricos recursos. Assim se estabeleceu o círculo vicioso dentro do qual se debate, agonizante, a nossa infeliz agricultura.

E aqui tenho, Sr. Presidente, fotografias para que V. Exa. e os ilustres Deputados desta Casa possam ver em vossorocas os efeitos da erosão que atacou selvagem e barbaramente o Noroeste do Paraná, para que possam ver os estragos e as ameaças, que a calamidade está produzindo no meu Estado.

O Sr. *Aniz Badra* — Ouço com grande interesse o discurso que V. Exa. está pronunciando. Há muito tempo vem sendo alertado nesta Nação o fenômeno da erosão. Meu Estado, São Paulo, está sofrendo terrivelmente as consequências da incúria dos Governos. Tanto é verdade que, hoje, a maioria dos municípios paulistas numa composição de mais de 300, sofre terrivelmente o problema da erosão, assim como toda sua zona rural. V. Exa. sabe perfeitamente que um dos fenômenos do decréscimo da produção do café se originou em virtude das erosões que atingem quase todas as lavouras do meu Estado. Assim, congratulo-me com V. Exa. O assunto é de transcendental importância. Não sei qual será a conclusão da sua admirável oração, quais as medidas que pleiteia. Mas, aqui estarei, nobre Deputado, para aplaudir o que V. Exa. deseja para todo Brasil, particularmente para seu Estado, o pujante Estado do Paraná. Conseqüentemente, vai atingir uma grande faixa do nosso Estado, São Paulo.

Congratulo-me, repito, com V. Exa. pela feliz oportunidade deste discurso.

O SR. BRAGA RAMOS — Muito agradecido. Seu aparte foi muito feliz, nobre Deputado Aniz Badra. Devo dizer que, embora o Estado de São Paulo tenha as melhores condições para a preservação dos recursos do solo, através do Instituto Agrotécnico de Campinas, ainda assim São Paulo é o Estado líder em matéria de erosão no País. As perdas de terra no estado de São Paulo são as maiores que se processam em todo o País.

O Sr. *Aniz Badra* — Com referência ainda às matas, V. Exa. sabe, como sabe o Brasil inteiro: não acredito existam 10% de matas hoje em São Paulo. Houve total devastação, no particular.

O SR. BRAGA RAMOS — Exatamente, Sr. Deputado. Tenho em mãos — e não vou poder ler, porque o Sr. Presidente já está sendo condescendente comigo, mas vou requerer a prorrogação da sessão num destes dias, — dados a respeito — que lerei oportunamente quando terminar este discurso. Aproveito a oportunidade para apresentar projeto de lei a respeito do assunto, nos seguintes termos:

PROJETO N.º de 1963

*Concede um auxílio de 3 (três) bilhões de cruzeiros ao Estado do Paraná para combate à erosão.*

Art. 1.º Fica concedido ao Estado do Paraná um auxílio de três bilhões de cruzeiros, distribuídos em três parcelas iguais e consecutivas, para a realização de obras de combate à erosão.

Art. 2.º Para habilitar-se ao recebimento dos recursos previstos, o Governo do Estado do Paraná, em convênio com o DNOS do MVOP, definirá, sob forma de planos de aplicação, quais as obras e serviços subordinando as respectivas prioridades aos fatores sociais e econômicas das áreas afetadas.

Parágrafo único. O recebimento da parcela seguinte implicará, sempre, na apresentação detalhada dos comprovantes de plena execução do plano de aplicação correspondente à parcela anterior.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### Justificativa

A reivindicação que ora se faz à União pode representar um dos últimos esforços que empreende o Governo do Paraná, no sentido de livrar e recuperar grande área populacional e produtiva do Estado de uma situação já com foros de calamidade pública que, a não ser debelada, abalará o próprio País face a grande contribuição em divisas e alimentos que a região oferece ao Brasil.

O Governo do Estado tudo tem feito para combater o fenômeno. Não obstante, chegou-se à sombria conclusão de que, somente com seus recursos, jamais poderá enfrentar, enérgicamente, o problema.

Necessário se faz que a União tome consciência dessa tenebrosa situação cuja gravidade envolve 61 municípios,

uma população superior ao milhão de habitantes, com produção agrícola que, embora traumatizada e combalida pela ação da erosão atingiu em 1961 ao índice de Cr\$ 37.773.515.000,00 (trinta e sete bilhões, setecentos e setenta e três milhões, quinhentos e quinze mil cruzeiros), fornecendo, ainda nesse ano, o apreciável contingente de centenas de milhões de dólares para o desenvolvimento do País.

Agradeço Os apartes que honrosamente me foram concedidos. E firmo o propósito de terminar esta matéria, porque não venho aqui apenas para denunciar um fato. Quero apresentar também solução, desde que o Governo se mostre sensível para aceitar as sugestões de um Deputado, baseado em depoimentos de técnicos, de gente especializada na matéria, para que o problema da erosão no Paraná seja contido e não se repita naquele grande Estado a desgraça e infelicidade que a erosão provocou noutros pujantes Estados da Federação. *(Muito bem; muito bem)*.

## DISCURSO PROFERIDO NA SESSÃO DO DIA 15 DE SETEMBRO DE 1963

O SR. BRAGA RAMOS — Senhor Presidente, Srs. Deputados, ainda ontem assistimos, muito interessados, à discussão do Projeto 1.011-A, de 1956, que dispõe sobre o Código Florestal.

A esta tribuna compareceram ilustres Deputados e, com conhecimento de causa, alertaram não só esta Casa mas também a Nação inteira sobre os graves prejuízos que o País vem sofrendo com a devastação impiedosa das nossas matas. O problema é muito antigo neste País que se mantém, infelizmente, preso a conceitos de puro empirismo em matéria de agricultura.

E esta, Sr. Presidente, uma oportunidade que considero boa para estranhar que não decorrer da longa e até cansativa discussão do projeto de reforma agrária, que vem tramitando por esta Casa, ainda não se tenha falado com ênfase, com profundidade sobre a obrigação que cabe ao Poder Público, de zelar pelos recursos renováveis do solo. Ninguém falou, infelizmente, sobre este aspecto do problema. Falou-se muito, cansativamente, repito, sobre as implicações políticas que envolvem o projeto de reforma agrária. Parece-me que o Plenário se apaixonou exclusivamente pelas implicações de caráter social e político, sem deter-se com cuidado sobre este assunto que considero de relevância e de suma importância, porque a conservação dos recursos renováveis do solo, sabemos-lo todos nós, detêm a primeira prioridade na garantia da sobrevivência de um País.

Em discurso que tive oportunidade de pronunciar desta tribuna, já há alguns meses, chamei a atenção da Casa para o problema da erosão no Estado do Paraná e ontem, ao ouvir a discussão sobre o Código Florestal, de longa e

penosa gestação, visto que desde 1956 se arrasta morosamente pelas Comissões da Câmara dos Deputados, senti então a oportunidade azada para lembrar-lhes que, mesmo o Código Florestal, com todos os detalhes em que vem redigido, apenas se refere superficialmente, quase «pro forma», ao problema da conservação dos nossos recursos renováveis.

Quando, na sessão de ontem, se falava em fogo, Sr. Presidente, Senhores Deputados, eu me lembrava do grave desastre ocorrido no Estado do Paraná, do drama doloroso, pungente, vivido pela sua população, com a devastação que o fogo ali produziu pela incúria, pela negligência e, quase diria, pela ignorância criminosa dos homens que devem cuidar dos problemas da terra e não sabem fazê-lo.

É comum dizer-se que o fogo é usado pelo nosso agricultor para compensar a falta que sente de atendimento técnico: máquinas, tratores e todos esses equipamentos que, como sabemos, custam verdadeiras fortunas e não podem ser postos nas mãos de nossos agricultores, sempre desassistidos, sempre olvidados pelo Poder Público.

O fogo é, então, utilizado para limpar a área que vai posteriormente ser cultivada. Mas, é preciso dizer a esses agricultores que o fogo limpa sim, mas também destrói o que existe de mais nobre na constituição do solo. Ninguém ignora que a matéria orgânica nele existente atinge apenas 5% nas terras consideradas ótimas para a agricultura.

No meu Estado, Srs. Deputados, a região constituída do célebre arenito de Caiuá possui apenas 1,8% de matéria orgânica, na sua maior parte formada de argila.

De maneira que além dos prejuízos e dos perigos iminentes que podem ocorrer, como ocorrem no Estado do Paraná, com os incêndios que comoveram o País e o mundo inteiro; além disto, este fogo que destrói a vegetação protetora do solo é o responsável por aquela forma de erosão mais desconhecida e mais ignorada do nosso colono e dos nossos homens públicos, talvez porque é, infelizmente, e por contraste, embora paradoxal isto pareça, a mais grave de todas. Sabem os Srs. Deputados que muitas são as formas de erosão. A mais séria delas, no entender dos técnicos, é a erosão em lençol ou laminar, que não chama a atenção do agricultor, porque invisível a olhos nus. O agricultor vai sentir os efeitos dessa erosão apenas na época da colheita, quando vê o rendimento agrícola de seu terreno decrescer por área plantada. E esta terra e, justamente, acometida da esterilidade que se prevê e que se comprova fartamente numa excursão que se faça através da História, cujo testemunho e cujo depoimento mostram a toda gente o que ocorreu em áreas antigamente férteis e hoje totalmente *saarizadas*.

Srs. Deputados, em matéria de estatísticas, este País anda com passos de tartaruga. As nossas estatísticas são todas velhas, já superadas. Têm quase, diria, um valor apenas histórico. Hoje ninguém sabe, nem o Ministério da Agricultura, qual é o montante das áreas devastadas nas florestas.

O Sr. *Magalhães Melo* - - Estou acompanhando com interesse o discurso de V. Exa., que tem autoridade, realmente, para debater o tema. Vossa Excelência é um grande entendido na economia do seu Estado e todos nós, homens de outras regiões, acompanhamos e sofremos o drama do povo do Paraná, por ocasião dos incêndios que dessoravam a sua economia. Tive a honra de ser relator, na segunda legislatura desta fase da República, de um projeto oriundo de mensagem do Executivo, por sinal uma das mensagens mais importantes que o ex-Presidente Getúlio Vargas enviou ao Congresso, projeto que criou a Companhia Nacional do Seguro Agrário. Era Relator, o

Sr. Tancredo Neves. Convidado para Ministro de Estado do Interior e Justiça, o Sr. Gustavo Capanema deu-me a pesada incumbência de relatá-lo. Fui estudar a matéria. Não era um técnico em seguro; nem tinha a obrigação de sê-lo. E verifiquei que o assunto era dos mais complexos e difíceis do mundo. Talvez nos Estados Unidos e no Japão, seja ele tratado com maior perfeição técnica e eficiência. Opera esse seguro sob riscos os mais aleatórios, tais como a seca, o incêndio, o granizo, as inundações, enfim, todos esses fatores climáticos ou que escapam a instrumentos humanos e científicos de previsão. Creio que essa companhia está instalada e funciona. Não opera, infelizmente, naquela área do Nordeste onde mourejam 25 milhões de brasileiros. Mas, no Sul, sei que há seguro contra a geadas, que ampara uma série de culturas. Talvez V. Exa. possa informar ao plenário e à Casa se esses pinheirais do Paraná, destruídos numa idade, aproximadamente, de 18 anos, quando já em fase de corte, estavam garantidos ou cobertos por esse seguro em boa hora criado no Brasil. Se estivessem, teria o Paraná cobertura legal para esses riscos, repondo assim na sua economia aquilo que perdeu, não sei se por mãos predatórias ou se por risco ocasional.

O SR. BRAGA RAMOS — Agradeço o aparte de V. Exa. nobre Deputado Magalhães Melo, e posso informar que os pinheirais das Indústrias Klabin de Papel e Celulose, no Paraná, não estavam segurados. Cerca de 80% das reservas florestais dessas indústrias, que estavam suprindo de papel o País todo e mais alguns países estrangeiros, foram dizimadas pelo fogo, e justamente na época em que estavam sendo determinadas as primeiras medidas para o corte desses pinheiros, que contavam então 18 anos de idade. E prejuízo sensível, profundamente sensível. E garanto a V. Exa. que esse seguro não existe para os pinheirais destruídos no Paraná. Mas, nobre Deputado Magalhães Melo, apesar de saber da existência desse organismo, ainda acredito que o melhor seguro para o lavrador é aquele de medidas preliminares, medidas que tantas vezes já

têm sido suscitadas desta tribuna: orientação técnica, preço mínimo, armazém, silos. Tais medidas são muito melhor seguro do que qualquer outra coisa. O agricultor neste País, desassistido como é, não tem condições para garantir nem às vezes a própria subsistência. V. Exa. não ignora isso.

Estava dizendo, porém, Srs. Deputados, que tenho em mãos dados estatísticos compilados no período de 1911 a 1947 — 36 anos portanto — que nos mostram o que ocorreu com as nossas florestas nesse período. Estados como Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, devastaram de 50% as reservas florestais que possuíam. De um total de 5.018.832 quilômetros quadrados de área florestada no País nesse período 3.768.148 quilômetros quadrados ainda existiam, mais . . . . . 1.250.682 quilômetros quadrados de florestas foram dizimados. E estes dados correspondem ao período de 1911 a 1947, são dados desatualizados. Hoje, acredito que estas cifras tenham talvez, dobrado. Mas o que importa dizer é que o nosso agricultor precisa saber que esse fogo destrói a matéria orgânica que existe no solo, destrói a microfauna e a microflora que constituem o solo e que são responsáveis pela formação do húmus nesse laboratório maravilhoso que Deus criou para uso do homem. É preciso que este agricultor saiba que sem a microfauna e a microflora não há húmus e, portanto, não pode haver fertilidade. É preciso que ele saiba que a terra se acidifica com o uso do fogo, que existem formações de óxidos voláteis sumamente prejudiciais, que o solo desprotegido é presa fácil para a erosão. Afinal de contas, esta Nação está devidamente alertada desde há muito tempo, inclusive por Josué de Castro, que disse no seu livro «Geo-política da Fome», que toda terra apressada pelo homem se tem transformado em terra de fome.

Estas coisas precisam ser ditas para que se acabe com a devastação das florestas, para que não se pense mais na utilização deste meio empírico, quase diria selvagem, criminoso, com que se está afundando cada vez mais a economia deste País.

O Sr. *Arno Arnt* — Permite Vossa Excelência um aparte?

O SR. BRAGA RAMOS — Com prazer.

O Sr. *Arno Arnt* — Aqui em Brasília, como no Pará e em outros Estados tropicais do Brasil, veio fazer experiências e conferências um cientista que tem uma prática de 30 a 40 anos na Indonésia. Abandonou aquele país e veio para o Brasil. Este cientista procurou de todas as formas auxílios para demonstrar os seus trabalhos não somente de defesa do húmus, como de criação de húmus, com técnica especial de lavração ou não lavração e, principalmente, provou em Brasília também a defesa da microfauna e da microflora, conceito este que hoje é tão importante quanto o conceito popular de húmus orgânico. E os trabalhos deste cientista não foram publicados, nem pelas autoridades de Brasília, nem pelas autoridades do Executivo, do Ministério da Agricultura. E este cientista, desesperado com falta de conceito científico que temos nas autoridades oficiais do Brasil, foi embora, deixou o País.

O SR. BRAGA RAMOS — É lamentável que isso tenha ocorrido.

Ouçõ o nobre Deputado Arnaldo Nogueira.

O Sr. *Arnaldo Nogueira* — Nobre Deputado Braga Ramos, estou acompanhando V. Exa. com todo o interesse, porque ontem tive oportunidade de ocupar essa mesma tribuna. . .

O SR. BRAGA RAMOS — E tive o prazer de ouvi-lo.

O Sr. *Arnaldo Nogueira* — . . . na discussão desse projeto. Tive oportunidade de dizer, e estou certo de que não exagerava, que a simples aprovação desta proposição poderia consagrar uma legislação.

O SR. BRAGA RAMOS — Perfeitamente.

O Sr. *Arnaldo Nogueira* — Vejo que V. Exa. vem a essa tribuna discutir com propriedade este assunto em pauta. E quando V. Exa. fala na destruição da microflora, da microfauna, na destruição de nossas terras por mãos cri-

minosas, que, ao invés de plantarem árvores, plantam desertos, conforme eu antes afirmava, venho dar, aproveitando a oportunidade que V. Exa. me oferece, esclarecimento que me foi prestado, após descer eu da tribuna, pelo nobre Deputado Lisboa Machado, do Estado de Goiás. S. Exa. ouviu quando eu me referira ao crime que se pratica aqui, no Estado de Goiás, contra essa preciosidade em madeira que é o mogno de Goiás. Por informações de S. Exa. fiquei certo de que a árvore do mogno atinge a idade de corte aos cem anos.

Disse-me S. Exa. que as reservas de mogno do Estado de Goiás estão quase todas destruídas. Afirmou-me ainda que quando deputado estadual, teve oportunidade de parir par de uma Comissão de Inquérito para estudar o problema da dizimação do mogno de Goiás. Contou-me que viu, com seus próprios olhos, em região onde o mogno é nativo, lavradores derrubarem 30 ou 40 árvores com quase 100 anos de idade, toras valiosíssimas que os lavradores derrubaram para plantarem suas rocinhas e deitarem fogo nessas toras. S. Exa. teve oportunidade, com outros membros da Comissão de Inquérito, de dizer a esses lavradores que apenas uma tora daquela árvore criminosamente derrubada daria a ele, lavrador, o lucro que, em três ou quatro anos, não teria em sua lavoura. Prova isso a ignorância em que medra o nosso homem do campo por falta de informações que deviam partir do poder mais alto do Executivo, do Ministério da Agricultura. Diz mesmo S. Exa. o Sr. Deputado Lisboa Machado, que no porto de Belém do Pará — porque pelo interior do Estado vão até Belém as toras de mogno, chegam os navios norte-americanos e procuram os comandantes de navio se há mogno para levar; não querem saber da borracha, da carnaúba ou qualquer outro artigo, querem saber se há toras de mogno, porque é madeira preciosíssima. Ela está sendo destruída e se medidas não foram tomadas urgentemente o Brasil e o Estado de Goiás que é produtor natural dessa preciosidade, verão dentro de alguns anos, completamente dizimadas suas reservas.

V. Exas. faz muito bem em fazer **côro**, a vozes, nesta Casa. que pedem a aprovação **dêsse** projeto. que não é romântico, como disse o nobre Deputado Jorge Curi. do Estado do Paraná. mas já é medida dentro do nada que existe sobre o assunto.

O SR. BRAGA RAMOS — Incorporo com muito prazer o depoimento de V. Exa. às palavras que estou profirindo e que realmente vem demonstrar o despreparo do nosso homem do campo, tantas vezes já acusado desta alta tribuna.

Mas, o que está ocorrendo com o mogno ocorre com o pinheiro nobre Deputado. Dentro de cinco lustros o Paraná não terá pinheiros. Não há mais nem sementes para o plantio. E isso tudo, por que? Porque existem homens gananciosos que ao abaterem o pinheiro não se lembram de devolver à terra a riqueza que lhe roubaram. Aliás, isto já tem sido proclamado por muitos especialistas na matéria -- o homem apossa-se da terra, rouba-a, viola-a e abandona-a. O que prova o nomadismo da agricultura brasileiro e confirma aquelas palavras de Gilberto Freire: **Fomos e temos sido eternos D. Juans da terra**. Nobre Deputado, V. Exa. com o seu aparte inegavelmente veio ilustrar o discurso que profiro.

O Sr. *Jales Machado* — V. Exa. permite um ligeiro aparte?

O SR. BRAGA RAMOS — Pois não.

O Sr. *Jales Machado* — Sou adversário político do atual Governador de Goiás, mas não posso deixar passar essa atitude tomada por S. Exa. com relação ao mogno. Há pouco tempo, S. Exa. mandou para o Norte do Estado o Sr. Secretário da Agricultura, que fez um estudo, e o Governador fez rescindir o contrato que havia com a Enex, firma que explorava essa madeira no Norte do Estado. De modo que providências foram tomadas e parece que esses recursos, essa riqueza estão sendo preservados no Estado de Goiás.

O SR. BRAGA RAMOS — O que, aliás, tranquiliza bastante, nobre Deputado. Sr. Presidente, Srs. Deputados,

faço questão de insistir sobre os efeitos imediatos do fogo sobre a matéria orgânica no solo. Estatísticas e trabalhos de laboratório desenvolvidos por Rothamsted conseguiram localizar em uma grama de solo estes números de microorganismos que vou citar: 22 a 25 milhões de protozoários; 500 mil a um milhão de bactérias; 700 mil a um milhão de cogumelos, 100 mil algas, em uma grama de solo apenas. E estes elementos que constituem a microfauna do solo produzem de 1.200 a 1.300 quilos de matéria viva por hectare. Todos nós sabemos que o destino das civilizações está sobre uma camada de 20 centímetros de solo e é precisamente nesses 20 centímetros de solo que o fogo, por assim dizer, opera a sua grande e danosa destruição. É preciso portanto, que o poder público alerte o homem do campo que o Ministério da Agricultura se faça presente, que nós possamos pelo menos dizer o nome do Ministro da Agricultura, quando não seja um Deputado que participa do nosso convívio, para que a agricultura não seja assim tão desprezada, tão desatendida, a ponto de usar esses métodos empíricos que estão fazendo naufragar totalmente a economia do País.

Srs. Deputados, há expressões que considero monumentais a respeito **dêsse** problema. Vejam o que diz Bradley:

«Por mais que se possa alcançar o espírito humano, é pelo estômago que a humanidade terá que se projetar para a frente, como um exército em linha de batalha — abaixo do estômago, está a vegetação, abaixo dela, o solo».

Então, Bradley sustenta a tese de que o homem só poderá decretar a sua ruína se não souber cuidar, evidentemente, da vegetação que protege o solo e que o garante contra os efeitos danosos da erosão laminar. Já não falo das vossorocas, já não falo em erosão de desliz e em queda. Vou passar às mãos de V. Exas. algumas fotografias tiradas no meu Estado e que mostram as proporções das vosso-

rocas que lá existem, ameaçando cidades, ameaçando 64 municípios de uma população de um milhão e duzentas mil almas.

O Sr. *Amo Arnt* — Em colaboração com o que V. Exa. acaba de afirmar, o fogo que transforma matéria orgânica em mineral e leva de roldão esses sais minerais, leva no Brasil o mínimo de potássio que poderemos salvar, em um País que se caracteriza pela falta completa de potássio.

O SR. BRAGA RAMOS — Efetivamente, estou plenamente de acordo com V. Exa. Outra expressão que considero monumental é uma atribuída a Henry Ford, nos idos de 1937, quando se realizava em Washington um certame agrícola. D'zia ele:

«Prevejo o dia em que a indústria não mais irá buscar as suas matérias-primas nas florestas que exigem anos para sua formação, nem nas minas que se formam através dos séculos. Mas irá, precisamente, buscar essa matéria-prima nos produtos agrícolas do campo».

E, então, sim, estaríamos praticamente a coberto dos perigos imensos a que estes métodos empíricos estão por assim dizer, expondo o País. E é justamente no terreno da indústria que vamos encontrar a maior fome de destruição das florestas, pois, no dia em que a nossa agricultura estiver suficientemente evoluída, de modo a que os nossos técnicos possam ir buscar nos produtos anuais dos campos a matéria-prima que hoje tiram e extraem das florestas e das minas, então, sim, estaremos com as nossas florestas asseguradas contra a devastação e contra o crime que hoje se pratica impunemente, desgraçadamente, com a destruição das nossas ricas reservas florestais.

Sr. Presidente, eu quisera me estender um pouco mais. Mas, como Vossa Excelência me chama a atenção, prometo concluir em cinco minutos.

Em matéria de erosão, Sr. Presidente, há muitas causas. Bauer aponta o clima, o relêvo, o vento, as chuvas, mas

principalmente o homem. Entre os fatores etiológicos da erosão o principal responsável é o homem. É o homem que produz a erosão. E isto está fartamente demonstrado. Produz erosão porque não tem condições, não tem assistência técnica, não conhece os problemas da terra, porque, como dizia este autor ainda há pouco citado, o agrônomo Wanderbilt Duarte de Barros, simplesmente se preocupa em aposar-se da terra, cultivá-la, explorá-la e abandoná-la, quando falte o rendimento agrícola por causa de sua própria incuria, de sua própria ignorância.

Srs. Deputados, quero ainda apresentar à Casa dados interessantes que aqui possuo a respeito do rendimento agrícola e que contestam teses aqui levantadas, de que o que é preciso fazer neste País é dar mais áreas para que os agricultores produzam mais. Pois bem, as nossas estatísticas provam bem o contrário. O Estado do Rio Grande do Sul em 1944 possuía 750 mil hectares plantados, e produziu 1.469 quilos por hectare; em 1950, 840 mil hectares plantados e rendimento de 1.263 quilos por hectare. O Estado do Paraná, em 1944, tinha 460.413 hectares plantados, com rendimento de 1.717 quilos por hectare; em 1950, embora tivesse aumentado a sua área para 591.801 hectares, o rendimento baixou para 1.489 quilos por hectare. Em Pernambuco, em 1944, 108 mil hectares plantados e 944 quilos por hectare; em 1950, 146.904 hectares plantados, 810 quilos por hectare. E assim por diante, Srs. Deputados. O aumento da área plantada, por conseguinte, não corresponde àquilo que se esperava, isto é, aumento de rendimento por unidade de superfície lavourizada.

Isto prova, mais uma vez, a desassistência técnica do nosso agricultor que infelizmente continua a ser um pária, um homem desorientado, que não tem condições técnicas para cuidar da sua lavoura com proveito social, não só para sua própria subsistência, mas para efeito social, que é importantíssimo e que não pode estar divorciado de quaisquer projetos de reforma agrária ou de qualquer trabalho sobre a terra.

Srs. Deputados, é em boa hora, portanto, que venho a esta tribuna para louvar — se é que posso louvar — o Governo da República, por esta transferência que se pretende fazer da Escola de Florestas, de Viçosa para o Paraná.

Ontem ainda, em aparte que me foi concedido pelo nobre Deputado João Herculino, pedi a S. Exa. que insistisse junto ao Presidente da República, no sentido de assinar, com urgência, com pressa, a transferência dessa escola porque a FAO está ameaçando mudá-la para outro país. De sorte que, se o Sr. Presidente da República não transferir esta escola para o Paraná, o Brasil perde-a. Como disse ainda ontem, em aparte ao nobre Deputado João Herculino, esta escola vai continuar cumprindo aquela missão já desenvolvida no Estado de Minas Gerais. Vai certamente formar o técnico, o homem qualificado que atuará sobre a terra, sem prejudicá-la, que vai usufruir dos tesouros que ela possui sem usurpá-la e sem roubá-la.

Ainda mais, Srs. Deputados, com referência a erosão, tive oportunidade de apresentar à Casa projeto de lei que abre o crédito de 3 bilhões de cruzeiros para o Paraná atender ao grave problema que ora se instalou na região noroeste do Estado. A proposição visa dar ao Paraná os recursos de que necessita para impedir que a erosão continue devastando as nossas terras, e como o crédito deverá ser pago em três exercícios consecutivos não será muito penoso ao Governo da República ajudar o Paraná a conter o impacto que ora se verifica no nosso Estado com a erosão grassando vertiginosamente, prejudicando profundamente a nossa economia e ameaçando o noroeste paranaense de saarização, de esterilidade permanente como já ocorreu em outros Estados pujantes da Federação.

Vou passar à Taquigrafia, para transcrição, o discurso que já estava escrito e que vou dar como lido para ser obediente à determinação de Vossa Excelência, Sr. Presidente.

Agradeço a atenção dos Srs. Deputados e faço votos sinceros para que,

no final de todas estas discussões sobre reforma agrária ou sobre o Código Florestal, medidas sejam determinadas no sentido de que se crie, de que se instale neste País uma mentalidade conservacionista que não existe no Brasil. Quando se fala em Código Florestal, só se pensa em termos de derrubada de queimada de pinheiros, de replantio, mas não se cogita do que acontece

àquela terra que se submeteu ao fogo. É preciso, portanto que a Nação desperte para a realidade, antes que seja tarde demais, antes que nosso solo se saarize definitivamente se esterilizem nossas terras, vindo a economia do País a sossobrar, pela imprevidência, imprudência e incuria de seus homens públicos. (*Muito bem; muito bem. Palmas.*)